FÉ, PODER E VOTO: OS RISCOS DO ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO LAICO

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 5 de setembro de 2026

Em pleno processo eleitoral para definição de mandatos integrantes da estrutura do Estado brasileiro laico, crescem, de forma intensa e preocupante, explícitas ligações entre o embate político e diversas manifestações de líderes de instituições religiosas. Eis alguns emblemáticos exemplos:

> "Presidente da Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Brasil, o pastor José Wellington Costa Junior chamou o senador Flávio Bolsonaro (PL) para o altar em um culto para milhares de pessoas nesta terça-feira (25), pediu bênção para a campanha do presidenciável e 'suplicou' para que 'o Brasil seja liberto das garras de Satanás'./'Abençoe nosso senador Flávio Bolsonaro. Ó Pai amado, abençoe a sua campanha, abençoe os deputados que estão concorrendo, abençoe suas campanhas meu senhor', afirmou. 'Esta igreja ora, esta igreja clama, esta igreja suplica para que o Brasil esteja cada dia melhor. Esta igreja ora, Senhor, para que o Brasil seja liberto das garras de Satanás, e que tua glória possa se manifestar', continuou" (fonte: folha.uol.com.br).
>
> "O apóstolo Valdemiro Santiago, fundador da Igreja

> Mundial do Poder de Deus, declarou apoio à candidatura de Eduardo Cunha e afirmou que o ex-presidente da Câmara dos Deputados vai representar a ‘obra de Deus’ no Congresso Nacional” (fonte: ellotv).
>
> “O senador Flávio Bolsonaro (PL) não participou do primeiro debate presidencial de 2026, promovido pela Band neste domingo (23), mas aproveitou o horário do confronto para fazer um dos acenos mais explícitos de sua campanha ao eleitorado evangélico. Em vídeo publicado nas redes sociais, o senador prometeu que, se eleito, um de seus primeiros atos será declarar que ‘o Brasil é do Senhor Jesus Cristo’./A frase apareceu em meio a uma sequência de ataques ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que também faltou ao encontro. Depois de associar o governo à perda de poder de compra, ao endividamento e às dificuldades enfrentadas pelas empresas, Flávio levou a disputa para o campo religioso./’Eu quero debater com quem não acredita em Deus, porque, quando eu for presidente, um dos meus primeiros atos será decretar que o Brasil é do Senhor Jesus Cristo’, afirmou” (fonte: infomoney.com.br).

A laicidade do Estado não significa hostilidade às religiões, mas a garantia de um espaço público onde todas as crenças, e mesmo a ausência delas, possam coexistir de forma pacífica e construtiva. Entretanto, a crescente interferência de lideranças e dogmas religiosos no processo eleitoral enfraquece esse pilar constitucional de especial importância para a cidadania republicana. Quando a fé deixa de ser uma expressão individual de transcendência e passa a ser instrumentalizada como ferramenta de poder, o pacto de convívio democrático respeitoso sofre deteriorações profundas e inaceitáveis.

O voto, em função de toda a construção histórica republicana, deve ser o resultado do debate livre, da avaliação de propostas e da cobrança por políticas públicas eficientes. Contudo, quando discursos religiosos substituem a discussão sobre saúde, educação, segurança pública, assistência social, economia e infraestrutura, a escolha eleitoral é esvaziada de seu sentido mais nobre. A análise racional de programas de governo cede lugar à adesão cega a dogmas que não admitem diálogo, racionalização e contraditório.

Essa substituição do debate político pela retórica de fé impõe aos eleitores a lógica da moral heterônoma (oriunda de autoridade externa). O ato de votar deixa de ser um dos pontos culminantes do exercício da cidadania e passa a ser visto como um dever espiritual, no qual discordar da orientação da liderança religiosa equivale a transgredir a própria fé, sempre posta como uma revelação indiscutível e infalível da divindade. Essa manipulação de crenças retira do eleitor a sua autonomia e a sua capacidade de julgamento independente. A inteligência e o livre arbítrio de cada cidadão são sequestrados pelos donos da fé confortavelmente instalados em púlpitos, jatinhos, iates, carrões e mansões. O cuidado com os falsos profetas foi expressamente anunciado por Jesus:

> “Cuidado com os falsos profetas. Eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores. Vocês os reconhecerão por seus frutos” (Mateus 7:15-16);
>
> “Pois aparecerão falsos cristos e falsos profetas que realizarão sinais e maravilhas para, se possível, enganar os eleitos. Por isso, fiquem atentos: avisei-os de tudo antecipadamente” (Marcos 13:22-23).

Um dos efeitos mais devastadores dessa dinâmica é uma específica moralização da política. Problemas sociais complexos, que exigem

soluções técnicas, jurídicas e orçamentárias, passam a ser enquadrados como batalhas entre o "bem" e o "mal". Esse velho e indigente maniqueísmo destrói a essência do diálogo democrático. Afinal, como dizem muitos, com o mal não se negocia. O mal deve ser combatido e destruído, inclusive com o uso de diversas formas abjetas de violência.

O adversário político deixa de ser alguém com uma visão diversa e legítima do mundo e do país. O concorrente eleitoral assume a inaceitável condição de inimigo espiritual a ser derrotado a qualquer custo. Essa desprezível demonização do outro solapa a convivência civilizada e estimula a intolerância. O debate público, que deveria buscar convergências e a convivência pacífica entre diferentes, transforma-se em um campo de guerra sectário, desagregador e agressivo.

Nesse lamentável contexto, as próprias instituições religiosas sofrem uma séria degradação. Os locais de culto e suas extensões, que deveriam ser espaços de acolhimento, reflexão e espiritualidade, convertem-se em balcões de negociação política. Altares e púlpitos passam a ser utilizados como comitês de campanha, onde o sagrado é barganhado por cotas de poder, dinheiro e privilégios. Não custa, outra vez, lembrar o alerta de Jesus:

> “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro” (Mateus 6:24).

Sob a ótica constitucional, o Estado laico é a principal salvaguarda da própria liberdade religiosa. Quando uma determinada visão confessional passa a ditar os rumos das leis e das políticas públicas, a diversidade cultural e religiosa sucumbe. As minorias religiosas, assim como os cidadãos agnósticos e ateus, são indevidamente marginalizados em uma teocracia de A ou B. Garantir a laicidade do Estado não significa silenciar os adeptos de uma certa religião, mas assegurar que nenhuma expressão

religiosa manipule o aparelho estatal ou imponha sua visão de mundo, em regra, permeada de dogmas, para toda a sociedade.

Em suma, a liberdade religiosa no âmbito de um Estado laico pressupõe a garantia de que cada cidadão possa escolher e praticar livremente sua fé, que a não adesão a qualquer religião seja uma escolha igualmente legítima e que nenhum dogma confessional seja imposto ao conjunto da sociedade por meio de instituições e procedimentos estatais.